

A intertextualidade como argumento de autoridade: o caso da carta-testamento de Getúlio Vargas

(Intertextuality as argument from authority: the case of Getúlio Vargas's letter of testament)

Maria Flávia Figueiredo¹

¹ Departamento de Letras e Linguística – Universidade de Franca (Unifran)

mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br

Abstract: In this paper, we will reflect upon the theoretical framework of two linguistic areas, the rhetoric and text linguistics. Then, departing from these areas, we will reflect upon the concepts of argument of authority and intertextuality. Our objective is to demonstrate in which manner the perception of presence (conscious or not) of an intertext may exert on the reader, regarding the persuasive effect of arguments from authority. To that end, the corpus comprises the letter of testament accredited to Getúlio Vargas, on which we have performed a qualitative analysis of its rhetorical-argumentative elements, focusing on the argument from authority. The proposed analysis has allowed us to elucidate, among other observations, how intertextuality may exert the role of argument from authority in a discourse.

Keywords: argument of authority; intertextuality; letter of testament.

Resumo: Neste trabalho, contaremos com o arcabouço teórico advindo de duas áreas do conhecimento linguístico: a Retórica e a Linguística Textual. Delas, tomaremos, respectivamente, os conceitos de argumento de autoridade e intertextualidade. Buscaremos demonstrar de que maneira a percepção (consciente ou não) da presença de um intertexto pode exercer sobre o leitor o efeito persuasivo de argumento de autoridade. Para isso, tomamos como corpus a carta-testamento atribuída a Getúlio Vargas e efetuamos uma análise de cunho qualitativo de seus elementos retórico-argumentativos, notadamente do argumento de autoridade. A análise empreendida permitiu, dentre outras constatações, elucidar de que maneira a intertextualidade pode exercer o papel de argumento de autoridade em um discurso.

Palavras-chave: argumento de autoridade; intertextualidade; carta-testamento.

Introdução

Escrevemos o presente trabalho com o intuito de refletir sobre a possível correlação entre o conceito de *intertextualidade* (tal como trabalhado dentro do escopo da Linguística Textual) e o conceito de *argumento de autoridade* (tal como nomeado pelos estudos argumentativos e retóricos). Em outras palavras, nosso objetivo é demonstrar de que maneira o apelo à intertextualidade pode funcionar como um recurso retórico à disposição daquele que produz um discurso.

Para realizar tal intento, primeiramente, lançaremos mão de diferentes conceituações e classificações atribuídas ao fenômeno da intertextualidade ao longo do tempo. Em segundo lugar, buscaremos descrever as diferentes facetas que compõem o escopo daquilo que recebe o nome, dentro dos estudos retóricos, de argumento de autoridade. Para isso, contaremos com as contribuições teóricas de diferentes autores. No que se refere ao tratamento da intertextualidade, referir-nos-emos a Barthes (1974), Kristeva (1970), Vigner (1988), Koch (2007), Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Samoyault (2008). No que tange à descrição do argumento de autoridade, valer-nos-emos dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Breton (2003) e Reboul (2004).

Apenas a título de ilustração, utilizaremos como *corpus* a carta-testamento de Getúlio Vargas, por meio da qual explicitaremos aquilo que este trabalho se propôs a demonstrar, isto é, o uso da intertextualidade como argumento de autoridade.

A intertextualidade

O conceito de intertextualidade é considerado um tema de grande interesse para diferentes disciplinas. Neste trabalho, porém, com vistas a descrever tal fenômeno, tomaremos como perspectiva teórica a Linguística Textual.

A intertextualidade, que teve sua origem na Teoria Literária durante a década de 1960, é hoje entendida pela Linguística Textual como o diálogo que um texto estabelece com outros textos. É por meio desse conceito que passaremos a compreender que, além das relações com referentes extratextuais, um texto só existe em relação a outros textos.

A relação de um texto com outro pode ser tanto de conformidade como de oposição aos esquemas textuais preexistentes. Esse fato leva Claude Duchet (1971¹ apud VIGNER, 1988, p. 32) a afirmar que “não existem textos ‘puros’”. Nessa linha de raciocínio, Jenny (1976² apud VIGNER, 1988, p. 32) declara que “fora de um sistema a obra é impensável”.

Acerca desse conceito, o crítico literário Roland Barthes (1974, p. 46) assim o toma:

O texto redistribui a língua. Uma das vias desta desconstrução é permutar textos, farrapos de textos que existiram ou existem em volta do texto considerado e finalmente dentro dele; todo o texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.

Quando Julia Kristeva (1970), também dentro do escopo da literatura, reflete sobre o fenômeno, ela cunha a expressão “diálogo textual”, reforçando a ideia de que cada texto só existe em função de outro(s). Nesse sentido, a intertextualidade consiste em um horizonte de expectativa, sobre o qual o novo texto se inscreve e adquire sentido:

Assim como uma pessoa se constitui numa relação muito ampla com o outro, um texto não existe sozinho, é carregado de palavras e pensamentos mais ou menos conscientemente roubados, sentem-se as influências que o subtendem, parece sempre possível nele descobrir-se um subtexto. (SAMOYAUULT, 2008, p. 42)

Gérard Vigner (1988, p. 33), ao refletir sobre a legibilidade dos textos, declara que a intertextualidade “pode dizer respeito a um gênero inteiro [...] ou aplicar-se apenas a uma simples passagem, sob a forma de uma breve alusão, ou de uma simples reminiscência”.

Na esfera dos estudos linguísticos, Ingedore Koch (2007, p. 59) afirma que a intertextualidade é hoje entendida pela Linguística Textual como a relação que um texto estabelece com outros textos anteriormente produzidos. De acordo com a linguista, todo texto retoma, alude ou se opõe a outros textos que lhe dão origem.

¹ DUCHET, C. Pour une sociocritique ou variations sur un incipit. *Littérature*, n. 1, fev. 1971.

² JENNY, L. La stratégie de la forme. *Poétique*, n. 27, 1976.

Nessa linha de raciocínio, tanto a produção como a recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha dos outros textos com os quais ele se relaciona.

O próprio da intertextualidade é de introduzir a um novo modo de leitura que faz explodir a linearidade do texto. Cada referência intertextual é o lugar de uma alternativa: ou seguir a leitura não vendo lá senão um fragmento como outro qualquer, que faz parte integrante da sintagmática do texto, ou voltar para o texto de origem. (JENNY, 1976 apud SAMOYAULT, 2008, p. 91)

Por essa razão, Robert-Alain Beaugrand e Wolfgang Ulrich Dressler (1981) apontam a intertextualidade como um dos critérios de textualidade.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007), na obra *Intertextualidade: diálogos possíveis*, classificam o fenômeno de distintas maneiras. Tomam-no, primeiramente, em seu sentido amplo. Assim, à mistura de gêneros dentro de um mesmo texto as autoras denominam intertextualidade intergenérica. E nomeiam intertextualidade tipológica quando, a par das sequências narrativas, responsáveis pela ação propriamente dita (enredo), ocorrem, em um mesmo texto, sequências descritivas (de situações, ambientes, personagens) e também expositivas (intromissão do narrador).

Para Koch, Bentes e Cavalcante (2007), além da intertextualidade no seu sentido amplo, que é constitutiva de todo e qualquer discurso, existe um nível de intertextualidade, a que podemos chamar de *stricto sensu*, que atesta a presença necessária de um interdiscurso. Sob essa ótica, para que a intertextualidade *stricto sensu* ocorra, “é necessário que o texto remeta a outros textos ou fragmentos de textos *efetivamente* produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 17).

Sendo assim, a intertextualidade *stricto sensu* pode ser verificada em quatro níveis distintos, quais sejam:

- 1 Intertextualidade temática.
- 2 Intertextualidade estilística.
- 3 Intertextualidade explícita.
- 4 Intertextualidade implícita.

De acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 18), a intertextualidade temática é encontrada em textos que partilham temas e se servem de conceitos e terminologias próprios. A intertextualidade estilística surge “quando o produtor do texto, com objetivos variados, repete, imita, parodia certos estilos ou variedades linguísticas” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 19). A intertextualidade explícita se faz notar quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto. A intertextualidade implícita, por sua vez, ocorre quando se introduz, no próprio texto, um intertexto alheio; porém, sem qualquer menção explícita da fonte.

O texto aqui analisado enquadrar-se-á, como veremos, em um caso de intertextualidade implícita. Além dessa classificação, teremos que nos valer de um melhor entendimento do conceito de argumento de autoridade; é o que buscaremos efetuar nos parágrafos subsequentes.

O argumento de autoridade

A Retórica, que desde Aristóteles pode ser entendida como “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2012, p. 12-13), apresenta, dentre as inúmeras estratégias à disposição do enunciador, o argumento de autoridade.

Esse conceito inscreve-se, segundo classificação proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), dentro dos argumentos embasados na estrutura do real. Esses autores, com vistas a um maior esclarecimento das técnicas argumentativas, agregam-nas dentro dos seguintes grupos:

- dos argumentos quase-lógicos;
- dos argumentos baseados na estrutura do real;
- das ligações que fundamentam a estrutura do real.

Os argumentos que pertencem ao segundo grupo (nosso foco de interesse) valem-se da estrutura do real “para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 297). Assim, o argumento de autoridade funciona como uma ponte entre aquilo que já é tomado como valor para certo auditório e aquilo que o orador procura promover. Com esse fim, nomes de pessoas e de instituições, frequentemente, são inseridos nos discursos para legitimar a opinião do enunciador. Por essa razão, os referidos autores chegam a declarar: “Muitas vezes, antes de invocar uma autoridade, costuma-se confirmá-la, consolidá-la, dar-lhe a seriedade de um testemunho válido. Com efeito, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 351).

Breton (2003), também dentro de uma perspectiva classificatória, declara:

A primeira categoria de argumentos que têm por objetivo enquadrar o real a fim de fazer nele um lugar para a opinião proposta é constituída pelos argumentos de autoridade. Sua forma é constante: o real descrito é o real aceitável porque a pessoa que o descreve tem a autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório para que ele, por sua vez, aceite como verossímil o que lhe é proposto. (p. 76)

Silva (2006), em capítulo que discorre sobre aspectos da argumentação relacionados à modalidade, reflete sobre a conceituação de argumento de autoridade e assim o define.

Trata-se de um argumento que se realiza pelo seu prestígio. Este prestígio, a autoridade, só pode ser utilizado na argumentação quando o auditório reconhece esses valores e os aceita como verossímeis. E quanto mais competência e experiência compreender a autoridade evocada, mais indiscutíveis parecerão suas palavras. (SILVA, 2006, p. 69)

Para elaborar tal definição, Silva (2006) se vale dos mestres da nova retórica que afirmam: “o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como

meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Silva (2006) traz uma importante contribuição para a nossa reflexão acerca da inter-relação entre o argumento de autoridade e a intertextualidade. A autora assim declara:

Os enunciadores, ao selecionarem os argumentos de autoridade, o fazem consoante ao acordo prévio com o auditório. E para consagrar o seu dizer, citam essas autoridades no interior da enunciação que constroem para legitimá-la. [...] Seja pelo discurso direto ou indireto, os enunciadores reformulam o enunciado do outro para introduzi-lo nos seus discursos, de acordo com o que se deseja. (SILVA, 2006, p. 70)

Vale lembrar, a título de ilustração, que o conceito aqui em questão também apresenta o seu inverso, isto é, o argumento de autoridade em uma construção *a contrário*. Seu uso consistiria em usar uma autoridade negativa a fim de desqualificar uma opinião. De acordo com Breton (2003, p. 77), nesse caso, pode-se falar de argumento *ad hominem*. Para exemplificar tal uso, o autor traz um excerto de uma versão extrema do uso desse conceito lembrado por Reboul (2004): “É também o que dizia Hitler!”.

Como preâmbulo à análise a ser empreendida, apresentamos, a seguir, uma citação dos estudiosos da retórica que possibilitará o entendimento do uso do argumento de autoridade por meio da intertextualidade com textos bíblicos.

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 350)

A carta-testamento

A carta-testamento deixada por Getúlio Vargas quando do seu suicídio em 1954, dada sua importância histórica, tem sido alvo de múltiplas análises no campo dos estudos linguísticos. Em função das várias opções de abordagem possibilitadas pelo *corpus*, optou-se por evidenciar as relações que ele estabelece com outros textos anteriormente produzidos, entendendo essa intertextualidade como um recurso retórico, intencionalmente estabelecido.

O texto supostamente redigido por Vargas antes de este cometer suicídio pode nos auxiliar no entendimento do uso da intertextualidade como argumento de autoridade. Os excertos elencados a seguir evidenciam que o, então, presidente do Brasil, conhecendo a religiosidade da população brasileira da época, lançou mão de um diálogo com o universo cristão para subsidiar o discurso que construiu, o qual apresenta, por motivos óbvios, propósitos claramente persuasivos. Nos trechos elencados, encontramos, em itálico, os excertos da carta-testamento (CT)³ e, em negrito, os trechos bíblicos com os quais mantêm um diálogo intertextual.

³ Uma versão digitada do texto original encontra-se no Anexo.

- 1) “Escolho este meio para estar sempre convosco” (CT)
E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos! (Mateus 28,20)
- 2) “Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência” (CT)
E disse-lhes: “Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado em favor de muitos”. (Marcos 14,24)
E, depois de comer, fez o mesmo com o cálice, dizendo: “Este cálice é a Nova Aliança em meu sangue, que é derramado em favor de vós”. (Lucas 22,20)
- 3) “E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória” (CT)
Então cumprir-se-á a palavra da Escritura: A morte foi absorvida na vitória. (1 Coríntios 15,54b)
- 4) “Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate” (CT)
E é pelo sangue deste que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça. (Efésios 1,7)
Pois há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos. (1 Timóteo 2,5-6)
Desse modo, o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos. (Mateus 20,28)

Os excertos apresentados, bem como outros trechos da CT que não foram mencionados nesta análise, evidenciam a presença de textos bíblicos dentro da carta deixada por Vargas. Essa presença se faz notar por meio de uma intertextualidade implícita, conforme a classificação de Koch, Bentes e Cavalcante (2007). Esse diálogo intertextual nos remete à definição dada por Koch (2007, p. 59) ao fenômeno da intertextualidade:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

Resta-nos refletir de que maneira o diálogo intertextual apresentado pode ser interpretado, em termos de persuasão, como uma estratégia argumentativa, mais precisamente, como um argumento de autoridade.

A esse respeito, lembrarmos-nos das palavras de Silva (2006, p. 70): “a seleção de elementos que servirão de argumento de autoridade depende de um acordo prévio com o auditório”. Nesse sentido, é necessário refletirmos sobre as características da sociedade brasileira da época em que a carta foi escrita. Tarefa bastante simples, uma vez que a população do Brasil, bem como da América Latina, de modo geral, é historicamente marcada por sua cristandade. Souza (2013, p. 1), em resenha à obra *Religiosidade no Brasil*, declara:

A vinculação entre o cristianismo e a população brasileira tem raízes históricas profundas. Trazido pelos portugueses, o catolicismo sempre esteve intimamente vinculado à cultura e identidade brasileiras e passou por um processo de expansão e consolidação a partir da segunda metade do século XIX, com a revitalização do catolicismo na Europa, que influenciou o crescimento de novas práticas religiosas e devoções no Brasil, que matizaram definitivamente o catolicismo brasileiro.

Esses dados nos permitem inferir que o autor da carta, ao lançar mão de um diálogo intertextual com os textos bíblicos – livro considerado sagrado por grande parte da população brasileira da época –, consegue travar, claramente, um acordo com seu auditério. Sendo assim, considerando a interação autor (Vargas)/leitor (população brasileira em meados do século XX), podemos concluir que o uso implícito de valores advindos do universo cristão exerce, no texto analisado, a função de argumento de autoridade.

Considerações finais

Com este trabalho, buscamos demonstrar que a intertextualidade pode desempenhar um papel fundamental na organização retórica de um texto. Para isso, contamos com a exemplificação dessa inter-relação por meio de exemplos extraídos da carta-testamento, cuja autoria é atribuída a Getúlio Vargas.

Os resultados da investigação apontaram a presença de marcas de religiosidade que evidenciam a intertextualidade do *corpus* com textos bíblicos e, também, com concepções ligadas ao mito da divindade que assume o papel redentor, ou seja, da oferenda do cordeiro a ser imolado com forma de salvação. A análise empreendida permitiu, dentre outras constatações, rastrear a presença de traços messiânicos na constituição do discurso político de Getúlio Vargas. Além disso, permitiu elucidar de que maneira a intertextualidade pode exercer o papel de argumento de autoridade em um discurso.

Esperamos que a análise empreendida, bem como as explanações teóricas elencadas neste trabalho tenham sido suficientes para apresentar um tema relevante para os estudos retóricos, qual seja: a investigação do alcance persuasivo do fenômeno da intertextualidade.

REFERÊNCIAS

- Almanaque Brasil*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1995. p. 52.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- BARTHES, R. Verbetes “Texte”. *Encyclopaedia Universalis*, 1974.
- BEAUGRAND, R.; DRESSLER, W. U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2003.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRISTEVA, J. *Le texte du roman*. La Haye: Mouton, 1970.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMOYAUULT, T. *A intertextualidade*. Tradução de Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SILVA, R. C. Argumentação e modalidade: o discurso da incerteza nas questões do desemprego. In: MOSCA, L do L. S. (Org.). *Discurso, argumentação e produção de sentido*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 61-81.

SOUZA, R. F. de. Religiosidade no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 285-288, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300022&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 fev. 2015.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988.

ANEXO

Carta-testamento deixada por Getúlio Vargas à Nação brasileira no dia de seu suicídio, a 24 de agosto de 1954.

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam e não me dão o direito, de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar, voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma.

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 50% do ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 10 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Queremos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de

estar sempre convosco, quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado.

Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação.

Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.

Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém, meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida.

Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Almanaque Brasil. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1995. p. 52.